

UMA OPÇÃO DE CLASSE

Quanto ao mérito: desmonte do setor público por meio do ataque ao seu elemento vivo, o funcionalismo; privatização de fundos públicos, com transferência de renda, direta e indireta, para o setor financeiro; confisco de parte dos vencimentos de milhões de aposentados e pensionistas, por meio de redutores de todo tipo. Quanto ao método: manipulação de dados, satanização do servidor público, imposição de prazos galopantes dentro e fora do Congresso Nacional, fuga do diálogo com as organizações sindicais, perseguição aos que ousam divergir no PT. Eis uma possível síntese do teor da Emenda Lula, ou PEC 40 — a proposta do novo governo para a “reforma” da Previdência — e do *modus operandi* utilizado para aprová-la.

As profissões do setor público perderão, se aprovada a PEC 40, a principal vantagem comparativa que lhes resta para atrair e manter trabalhadores qualificados e dedicados — a aposentadoria integral. Seria o arremate no processo de desmonte do Estado iniciado por Collor de Melo e aprofundado por Fernando Henrique. Ao mesmo tempo, realizar-se-á com finalidades fiscais — financiar os elevados custos da transição para o modelo de fundos de pensão; garantir um alto “superávit primário” e, com ele, o sagrado pagamento das dívidas externas e internas — a apropriação indébita, pelo Estado, de importante parcela dos rendimentos de aposentados e pensionistas.

O exemplo mais dramático das draconianas regras propostas: cônjuges que enviuvarem e filhos que se tornarem órfãos terão de contentar-se com pouco mais de um terço do salário da ativa do servidor ou servidora que vier a morrer, seja qual for seu valor original. O mesmo governo que, corajoso diante dos fracos, decide encurtar o pecúlio das famílias que perdem o pai ou a mãe, com base na arrepiante presunção de que há uma boca a menos para comer e consumir, vacila e sucumbe diante do poder econômico. Silencia a respeito da dívida externa. Mas, não bastasse tanto, faz aprovar no Congresso Nacional o Refis 2, escandalosa anistia de sonegadores contumazes, literalmente arrancando-os de dentro da cadeia.

Esta edição da **Revista Adusp** é parte do esforço dos trabalhadores do setor público para municiar o debate do tema Previdência com uma ampla gama de informações, nem sempre disponíveis nos meios de comunicação impressos e eletrônicos. Salvo as exceções de praxe, a mídia (mas especialmente as emissoras de TV) empresta ao tema o tratamento contábil de sempre, raramente abrindo espaço aos críticos da “reforma”. Dados cruciais são simplesmente omitidos.

Se o governo e a maior parte da mídia fizeram uma opção de classe, tomando o partido da elite financeira, que é a maior interessada nessa privatização de uma gorda fatia da Previdência, fizemos também nós uma opção de classe. Optamos por continuar em nossa trincheira, ao lado dos assalariados tanto do setor público quanto do setor privado, e denunciar o caráter retrógrado, cruel, tremendamente neoliberal, das medidas ora em discussão.

A edição divide-se em três blocos. O primeiro trata das experiências de outros países: Argentina, Chile e França. O segundo aborda a Previdência brasileira: seu histórico; o “déficit” que só existe nas contas do governo; a PEC 40, contexto e implicações; a natureza e o poder dos fundos de pensão; o impacto da “reforma” na vida dos servidores públicos. O terceiro fala de São Paulo, vale dizer, da caixa-preta que é o Ipesp e, também, do projeto do governador Geraldo Alckmin que acrescenta 5% aos descontos mensais efetuados atualmente no holerite dos servidores públicos estaduais.

A luta mal começou. Resta-nos esperar que esta publicação seja útil aos que defendem a Previdência Social Pública em nosso país.

O Editor